

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.473.411 - RJ (2019/0092441-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**AGRAVANTE** : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**AGRAVADO** : **JORGE HENRIQUE DE JESUS JUNIOR**  
**ADVOGADO** : **MARCOS DE ANDRADE PINHEIRO - RJ154013**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL contra decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região que inadmitiu o recurso especial por ele proposto com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional.

Está contido nos autos que o agravado foi condenado às sanções de 2 anos de reclusão, em regime aberto, e de 10 dias-multa, pelo delito do art. 304, c/c o art. 297, ambos do Código Penal.

Inconformada, a defesa interpôs recurso de agravo em execução, ao qual o Tribunal de origem deu provimento, por maioria de votos, para extinguir a punibilidade pela prescrição da pretensão executória (e-STJ fl. 66/78).

Daí o presente recurso especial em que o *Parquet* Federal insiste na tese de que o acórdão confirmatório da condenação também interrompe o lapso prescricional, não cabendo *"distinguir, portanto, o acórdão confirmatório dos demais acórdãos, menos a partir da nova redação do Código Penal, razão pela qual conclui-se que o acórdão confirmatório é causa de interrupção da prescrição da pretensão punitiva estatal"* (e-STJ fl. 107).

Aduz, ainda, que o acórdão confirmatório da condenação também deve ser considerado para efeito de contagem da prescrição da pretensão executória, e não apenas para a aferição da pretensão punitiva, pois *"uma vez admitida a natureza condenatória do acórdão que confirma a sentença que julga procedente a pretensão punitiva, sua publicação deve produzir efeitos sobre o curso do prazo da prescrição penal, em qualquer modalidade"* (e-STJ fl. 110).

Apresentadas contrarrazões às e-STJ fls. 166/175.

Inadmitido o apelo extremo, o recurso subiu a esta Corte por meio de

agravo.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso especial (e-STJ fls. 255/264).

É, em síntese, o relatório.

Decido.

O recurso não logra.

A Corte federal deixou de considerar o acórdão confirmatório da condenação como marco interruptivo da prescrição nestes termos (e-STJ fls. 71/73):

*Conforme relatado, trata-se de agravo em execução penal interposto por JORGE HENRIQUE DE JESUS JUNIOR contra decisão proferida pelo MM Juiz da 9ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, às fls. 40/43, que deixou de reconhecer a prescrição da pretensão executória em favor do agravante, condenado pelo crime do art. 304 c/c 297, ambos do CP, a uma pena de 2 anos de reclusão, em regime aberto, e 10 dias-multa.*

*A Defesa insurgiu-se contra a decisão de primeiro grau, em que o magistrado considerou o acórdão confirmatório da sentença condenatória como marco interruptivo da prescrição.*

*A magistrada afirmou que o curso da prescrição teria sido interrompido em 31.01.2017 (data do julgamento da apelação exclusiva da defesa), não por uma interpretação diversa da literalidade do art. 112, I do CP, que regula a prescrição após o trânsito em julgado para a acusação, mas por força de interpretação do art. 117, IV do CP, trazida em julgado do Exmo. Ministro Alexandre de Moraes, no ano de 2017 (HC nº 138.088), de que o acórdão que meramente confirma a sentença condenatória interrompe a prescrição.*

*Primeiramente, registro que **me filio ao entendimento doutrinário e jurisprudencial de que o acórdão que meramente confirma a sentença condenatória não interrompe a prescrição.***

*Entendo que só há interrupção do prazo prescricional quando da prolação de acórdão, se: o decisum reformar sentença absolutória de primeiro grau, para condenar o réu; ou o acórdão majorar a pena imposta ao réu e a majoração implicar mudança do prazo prescricional. Ou seja, não é aplicável a segunda parte do art. 117, IV, do Código Penal na hipótese de mera confirmação, pelo Tribunal, da sentença condenatória de primeira instância. Este é o entendimento reiterado do Superior Tribunal de Justiça expresso na seguinte ementa de julgado:*

[...]

*O próprio Supremo Tribunal Federal, em julgamento bastante recente, contemplou o entendimento de que apenas o acórdão que majora a*

*pena imposta na primeira instância ou que modifica a sentença absolutória de primeiro grau para condenar o réu apresenta o condão de interromper o prazo prescricional. Assim, **parece-me que o julgado apontado pelo magistrado é isolado, não se revestindo de estabilidade necessária para nortear os demais órgãos jurisdicionais brasileiros.** Veja-se (a contrario sensu):*

[...]

*Assim, **o acórdão confirmatório da sentença não deve ser considerado como marco interruptivo da prescrição.*** (Grifei)

Ainda por ocasião desse julgamento, o Tribunal de origem acabou por reconhecer a prescrição da pretensão executória com lastro nestas razões (e-STJ fls. 73/74):

*Mas não é só. Ainda que fosse adotado o posicionamento do c. Supremo Tribunal Federal quanto ao art. 117, IV do CP, **deverá ser reconhecida a ocorrência de prescrição da pretensão executória.** Vejamos.*

*Em 03.06.2013, conforme sentença, houve a ocorrência do trânsito em julgado para o órgão acusatório, momento a partir do qual, pela literalidade do disposto no art. 112, I do Código Penal, dá-se início à contagem do prazo prescricional da pretensão executória pela pena em concreto.*

*De acordo com o que fora decidido pelo próprio magistrado, a interpretação conferida a este dispositivo não fora alterada, persistindo, assim, **o trânsito em julgado para a acusação (e não para ambas as partes) como ponto inicial da contagem do prazo prescricional da pretensão executória.** Observe-se os trechos da sentença que apontam para essa conclusão:*

*'Com efeito, mantive entendimento no sentido de que, uma vez transitada em julgado a sentença para a acusação, há início do curso do prazo prescricional, ainda que inexistia inércia do Ministério Público, ante a pendência de recurso pela defesa. Este entendimento decorria da dicção literal da norma inserta no art. 112, I do Código Penal, alinhando à jurisprudência amplamente dominante no Superior Tribunal de Justiça.*

*(...) Observo que o Supremo Tribunal Federal não conferiu nova interpretação ao art. 112 do CP, mas sim, ao art. 117, IV do Código Penal, para assentar que o acórdão condenatório configura novo marco interruptivo da prescrição, ainda que meramente confirmatório.'*

*Todavia, o art. 112, I do Código Penal trata da prescrição da pretensão executória, cujo início da contagem do prazo dá-se 'do dia em que transita em julgado a sentença condenatória, para a acusação'. Por outro lado, o art. 117, IV do Código Penal traz marco interruptivo anterior ao próprio trânsito em julgado, o que fica evidenciado pelo uso da palavra 'recorríveis' ao referir-se à sentença*

*ou acórdão condenatórios. É evidente, portanto, que este inciso enuncia hipótese de interrupção da pretensão punitiva, que não é objeto de apreciação no caso em apreço.*

***A sentença condenatória, ao ser impugnada tão somente pela defesa, acarreta no trânsito em julgado para a acusação e, conseqüentemente, impõe essa data como termo inicial da contagem do prazo prescricional executório.***

*Em suma, o argumento de que se deveria aguardar o trânsito em julgado para ambas as partes não tem previsão legal e contraria o texto do Código Penal. Além disso, não se pode querer 'corrigir' a redação do art. 112, I, do CP invocando-se o art. 5º, LVII, da CF/88, porque nesse caso se estaria utilizando um dispositivo da Constituição Federal para respaldar uma interpretação totalmente desfavorável ao réu e contra expressa disposição legal. Exigir o trânsito em julgado para ambas as partes como termo inicial da contagem do lapso da prescrição da pretensão executória, ao contrário do texto expresso da lei, seria inaugurar novo marco interruptivo da prescrição não previsto no rol taxativo do art. 117 do CP, situação que também afrontaria o princípio da reserva legal.*

*Assim, somente com a devida alteração legislativa é que seria possível modificar o termo inicial da prescrição da pretensão executória, e não por meio de 'adequação hermenêutica'.*

*Vale ressaltar que o art. 112, I, do CP é compatível com a norma constitucional, não sendo o caso, portanto, de sua não recepção.*

*No ponto, é necessário estabelecer a diferença entre o surgimento da pretensão executória, e o termo inicial da contagem do prazo prescricional. De fato, a pretensão executória surge apenas com o trânsito em julgado para ambas as partes, pois só neste momento é que se constitui o título penal executório. Porém, **de acordo com o art. 112, I do CP e com a atual jurisprudência, a prescrição de tal pretensão começa a correr do dia em que transita em julgado a sentença condenatória para acusação.** Sendo assim, configurada a pretensão executória, com o trânsito em julgado para ambas as partes (27.03.2017), o marco inicial da prescrição da pretensão executória passa a ser a data do trânsito em julgado para acusação (03.06.2013).*

[...]

*Desta forma, há que ser reformada a decisão recorrida para que seja declarada a extinção da punibilidade de JORGE HENRIQUE DE JESUS JUNIOR, eis que ultrapassados mais de 4 (quatro) anos desde a data do trânsito em julgado para o MPF e o início do cumprimento da pena, lapso prescricional fixado a partir da pena definitiva de 2 (dois) anos de reclusão, nos termos do art. 107, IV c/c art. 112, I c/c art. 110, § 1º c/c art. 109, V, todos do Código Penal. (Grifei)*

Como se vê, os julgados do Tribunal *a quo* estão em harmonia com a

orientação jurisprudencial pacífica desta Corte de que, nos termos do art. 117, IV, do Código Penal, o curso da prescrição interrompe-se pela publicação da sentença ou do acórdão condenatório recorríveis, o que acontecer primeiro; sendo certo que **o acórdão que apenas confirma a condenação, ainda que modifique a pena fixada, não constitui novo marco prescricional**. Confira-se, a propósito, o seguinte julgado da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça:

*AGRAVO REGIMENTAL EM PETIÇÃO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRESCRIÇÃO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. ACÓRDÃO CONFIRMATÓRIO DA CONDENAÇÃO, MAS QUE MAJOROU A PENA APLICADA. NÃO OCORRÊNCIA DE NOVO MARCO INTERRUPTIVO DA PRESCRIÇÃO. PRESCRIÇÃO CARACTERIZADA.*

*1. Nos termos do art. 117 do Código Penal, o prazo prescricional interrompe-se pela publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis. **O acórdão que confirma a condenação, mas majora ou reduz a pena, não constitui novo marco interruptivo da prescrição.** Precedentes: AgRg nos EDcl no AgRg no Ag 1.112.682/SP, Rel. Min. ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 1º/3/2016, DJe 9/3/2016; AgRg no AgRg no REsp 1.393.682/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 28/4/2015, DJe 6/5/2015, HC 243.124/AM, Rel. Min. JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 20/8/2012 .*

*2. Hipótese em que o agravado foi condenado a penas superiores a 4 e inferiores a 8 anos de reclusão, incidindo, portanto, o prazo prescricional de 12 anos, nos termos do disposto no art. 109, inciso III, do Código Penal.*

*3. Da última causa interruptiva da prescrição, a publicação da sentença condenatória, em 24/1/2002, até a decisão agravada, observa-se o transcurso de mais de 12 anos para ambos os crimes imputados ao réu. Não tendo sido iniciado o cumprimento da pena nem tendo ocorrido nenhuma outra causa interruptiva, está caracterizada a prescrição.*

*Agravo regimental improvido. (AgRg no RE nos EDcl no REsp. 1.301.820/RJ, relator Ministro HUMBERTO MARTINS, DJe 24/11/2016, grifei)*

Ainda nesse sentido, citam-se julgados recentes:

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. ACÓRDÃO CONFIRMATÓRIO DA CONDENAÇÃO. NOVO MARCO INTERRUPTIVO DA PRESCRIÇÃO. INEXISTÊNCIA. ALEGAÇÃO DE QUE NÃO OCORREU A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. RAZÕES DISSOCIADAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 284/STF. AGRAVO*

*REGIMENTAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO.*

*1. O Tribunal a quo proveu parcialmente a apelação da Defesa tão somente no tocante à possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por 2 (duas) restritivas de direitos. Não houve, portanto, novo marco interruptivo da prescrição, mostrando-se correta a contagem do lapso prescricional, pela decisão agravada, desde a publicação da sentença condenatória.*

[...]

*3. Agravo regimental parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido. (AgRg no AREsp 1318392/SP, relatora Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 01/04/2019, grifei)*

**PROCESSO PENAL. PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RECEPÇÃO E DESACATO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. ACÓRDÃO CONFIRMATÓRIO DA CONDENAÇÃO. NÃO INTERRUÇÃO DO PRAZO. PRESCRIÇÃO CONFIGURADA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.**

*1. O acórdão confirmatório da condenação não constitui marco interruptivo da prescrição, ainda que reduzida a pena.*

*2. Decorrido lapso temporal superior a 3 anos entre os marcos interruptivos, operou-se a prescrição da pretensão punitiva da pena do delito de desacato fixada inferior a 1 ano.*

*3. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1717712/SP, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 17/12/2018, grifei)*

**PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. CRIME DO ART. 4º, INC. I, DA LEI N. 8.137/1990. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA DO ESTADO. ACÓRDÃO CONFIRMATÓRIO DA SENTENÇA. REDUÇÃO DE PENA. AUSÊNCIA DE INTERRUÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. PRECEDENTES. PRESCRIÇÃO RECONHECIDA. ORDEM CONCEDIDA.**

*I - A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que "O acórdão que confirma a condenação, mas majora ou reduz a pena, não constitui novo marco interruptivo da prescrição" (AgRg no RE nos EDcl no REsp n. 1.301.820/RJ, Corte Especial, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 24/11/2016).*

*II - In casu, considerando a redução de pena para 2 (dois) anos e 2 (dois) meses de reclusão operada na segunda instância, verifica-se que desde o último marco interruptivo, consistente na publicação da sentença condenatória (2/7/2010), transcorreu prazo superior a 8 (oito) anos, razão pela qual está extinta a punibilidade.*

*Ordem concedida para declarar a extinção da punibilidade dos pacientes com fundamento no art. 107, IV; art. 109, IV e art. 110, § 1º, todos do Código Penal, em razão da prescrição da pretensão punitiva do crime previsto no art. 4º, inciso I, da Lei n. 8.137/1990. (HC 478.242/AM, relator Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 19/02/2019, DJe 26/02/2019, grifei)*

**PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. TRANSCURSO DO LAPSO PRESCRICIONAL. ACÓRDÃO QUE MANTEVE A SENTENÇA CONDENATÓRIA. CAUSA INTERRUPTIVA. INOCORRÊNCIA. AGRAVO DESPROVIDO.**

**1. O Superior Tribunal de Justiça entende que '[n]os termos do art. 117 do Código Penal, o prazo prescricional interrompe-se pela publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis. O acórdão que confirma a condenação, mas majora ou reduz a pena, não constitui novo marco interruptivo da prescrição' (AgRg no RE nos EDcl no REsp n. 1.301.820/RJ, Corte Especial, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 24/11/2016) (AgRg no AgRg no AREsp 989.408/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 21/3/2018).**

**2. Agravo regimental desprovido. (AgRg nos EDcl no AgRg nos EDcl no REsp 1666622/PB, relator Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 11/02/2019, grifei)**

Assim, o acórdão recorrido deve ser mantido intacto.

Ante o exposto, **conheço do agravo e nego provimento** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator